



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB

**REFLEXÕES SOBRE OS PRINCIPAIS AVANÇOS NOS PROCESSOS
INCLUSIVOS DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS
ESPECIAIS**

MARIA ITAMAR ISIDIO DE ALMEIDA

ORIENTADORA: PROFA. Me. FRANCIENE SOARES BARBOSA DE ANDRADE

Brasília/2015



Universidade de Brasília
Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

MARIA ITAMAR ISIDIO DE ALMEIDA

**REFLEXÕES SOBRE OS PRINCIPAIS AVANÇOS NOS PROCESSOS
INCLUSIVOS DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS
ESPECIAIS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização
em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão,
do Departamento de Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientadora: Prof^a. Me. Franciene S. B. de Andrade

Brasília/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA ITAMAR ISIDIO DE ALMEIDA

**REFLEXÕES SOBRE OS PRINCIPAIS AVANÇOS NOS PROCESSOS
INCLUSIVOS DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS
ESPECIAIS**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 28/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

Professora Me. Franciene Soares Barbosa de Andrade (Orientador)

Profª. Esp. Úrsula Maria Nogueira Silva (Examinador)

Maria Itamar Isidio de Almeida (Cursista)

Brasília/2015

DEDICATÓRIA

Dedico o meu TCC para todos aqueles que fizeram do meu sonho real, me proporcionando forças para que eu não desistisse de ir atrás do que eu buscava para minha vida. Muitos obstáculos foram impostos para mim durante o decorrer do curso, mas graças a vocês eu não fraquejei. Obrigado por tudo família, tutor presencial, tutor/professores a distancia, amigos e colegas.

AGRADECIMENTOS

Primeiro agradeço a Deus, pela oportunidade de me proporcionar a participação nesse curso que é tão importante para minha vida profissional. A minha família, em particular meus filhos, Valeska e Gabriel por suportarem minha ausência sempre que precisavam da minha companhia. Jamais poderei deixar de agradecer aos professores que participaram desse projeto pela competência e paciência demonstrada no decorrer do curso. Ainda a coordenação intermediária de Rio Branco-Acre, sempre pronta para ajudar.

“[...] Aprender é constituir significado e ensinar não é apenas dar aula. É fazer o outro entender [...] (Kelman, 2010).

RESUMO

Este trabalho partiu das minhas experiências como professora. Na minha atuação percebi que se faz necessário repensar sobre a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no Ensino Fundamental. Outro fator que me instigou a continuar com o estudo foi a formação dos professores da rede pública de ensino sobre inclusão escolar. Desse modo, esta pesquisa visa compreender a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais do Ensino Fundamental, para além da inserção, frente aos atuais avanços que vem ocorrendo nesses processos, como a valorização das diferenças e a promoção de aprendizagens mais significativa. Para tanto, adota-se como metodologia a abordagem qualitativa e utiliza-se da entrevista semiestruturada com professores, análise do Projeto Político Pedagógico – PPP e observação não estruturada em uma escola municipal da cidade de Sena Madureira/Acre. A partir das questões da entrevista foram criadas categorias que se estruturaram da seguinte forma: 1. Das concepções sobre inclusão escolar as vivências destes processos; 2. Processos inclusivos: avanços e desafios; planejamentos e adaptações físicas; 3. A prática pedagógica inclusiva: quando estas contribuem para a valorização das diferenças ou dificultam o processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno? 4. Reflexões sobre a importância do Atendimento Educacional Especializado. Como suporte teórico, apoiou-se na Constituição de 1988, na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional e em autores como: Kelman 2010, Salviani 1999. A partir desse aporte teórico foi possível fazer uma discussão em conjunto com dados empíricos. Dessa maneira, verifica-se que a inclusão escolar no Brasil tem avançado em passos largos em relação a leis e decretos, entre outros documentos que asseguram a criança com necessidades educacionais especiais na escola, portanto esses avanços devem permear e se ressignificar nos processos inclusivos que constitui o cotidiano escolar.

Palavras-chave: inclusão escolar - desafios e avanços - valorização das diferenças.

SUMÁRIO

RESUMO	vii
1 – APRESENTAÇÃO.....	09
2 – Educação, processos inclusivos, aprendizagem e desenvolvimento	12
2.1 - Os processos inclusivos no Ensino Fundamental: políticas, ideias e realidade brasileira.....	12
2.2 - Breves considerações sobre deficiência	16
2.3 - Avanços nos processos inclusivos: respeito às diferenças	18
3 – OBJETIVOS.....	21
3.1 - Objetivo Geral	21
3.2 - Objetivos Específicos	21
4 - METODOLOGIA	23
4.1 - Pressupostos Metodológicos	23
4.2 - Contexto da pesquisa.....	23
4.3 - Participantes	23
4.4 - Materiais.....	24
4.5 - Instrumentos	24
4.5.1 - Pesquisa documental.....	25
4.5.2 - Entrevista semiestruturada.....	25
4.5.3 - Observação não estruturada.....	25
4.6 - Procedimentos de construção de dados	25
4.6.1 - Análise documental.....	26
4.6.2 - Entrevista semiestruturada.....	27
4.6.3 - Observação não estruturada.....	27
4.7 - Procedimentos de análise:	29
5 – RESULTADOS E DISCUSSÃO TEÓRICA DOS RESULTADOS	31
5.1 - Entrevistas.....	31
5.1.1. - Das concepções sobre inclusão escolar as vivências desse processo, processos inclusivos; avanços e desafios.....	31
5.1.1.2 - Processos inclusivos: avanços e desafios; planejamento e adaptações físicas	32
5.1.1.3 - A prática pedagógica inclusiva: quando estas contribuem para a valorização das diferenças ou dificultam o processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno.....	34
5.1.1.4 - Reflexões sobre a importância do atendimento educacional especializado.....	35
5.2 - Observações.....	36
5.3 - Análise do Projeto Político Pedagógico.....	39
6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
Referência.....	42
ANEXOS	45
ANEXO A - Aceite Institucional.....	46
ANEXO B - Carta de Apresentação	47
ANEXO C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Pais e Professores.....	48
APÊNDICES	50
APÊNDICE – A - Roteiro de entrevista semi-estruturada	51

1 APRESENTAÇÃO

Ao falamos sobre o processo de inclusão partimos da ideia de que a inclusão é mais do que uma mudança de sistema de ensino para o aluno com necessidades educacionais especiais. Apoiar a inclusão é oportunizar o convívio com as diferenças, porém com as mesmas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento. Sendo assim, incluir requer luta, insistência, persistências, por isso é preciso criar projetos inovadores identificando as condições necessárias para essa mudança. Dessa maneira, inclusão escolar é um processo gradativo e contínuo.

Durante minha vida tive experiência ainda na adolescência (14 aos 18 anos) com uma garota com deficiência intelectual e muda. Quando nasceu, além de complicação no parto, o médico disse que ela não iria falar porque a língua era pregada. Mesmo com a cirurgia para soltar a língua a menina não falou. Garota, esperta, amiga, mas nunca foi a escola, ainda não permitiam ninguém deficiente na sala comum e aqui nunca teve nenhum instituto que pudesse acolher essas crianças.

Já nas minhas experiências profissionais de 2007 tive contato com alunos com necessidades educacionais incluídos, ou melhor, inseridos, pois lembro-me de um garoto que constava em seu laudo médico “retardo mental” já com 10 anos no terceiro ano e vinha desde Educação Infantil apenas inserido na escola. Ao chegar à minha turma a coordenadora pedagógica disse “*ele só precisa ficar aqui para se acostumar com os colegas*”. Infelizmente, não consegui muita coisa, pois um dia ele sabia fazer o nome dele e no outro ele esquecia tudo. Ao final do ano fiz um relatório e ele foi para a série seguinte, mas acredito que ele conseguiria aprender se tivesse um estímulo melhor na escola. A mãe sempre o acompanhou, levava ao médico e acompanhava na escola, porém minha experiência era restrita e a escola me disse que só precisava manter esse aluno não precisava me esforçar para ensinar.

Com isso, é importante destacar que a inclusão de estudantes com deficiência no sistema regular de ensino hoje está baseada na Constituição Federal de 1988, a lei maior que rege toda a educação brasileira. O artigo 206 inciso I da Constituição Federal, fala da “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Este reconhece o princípio de igualdade para todos os cidadãos, o que significa dizer que todos sem exceção têm direito a estudo, trabalho e viver em sociedade. Se é direito de todos, é claro que precisa de esforço sim para que o aluno aprenda, assim como as oportunidades que são dadas aos alunos sem deficiência. Todavia, esse direito nem sempre é

assegurado, muitos estão inseridos na escola, mas não incluído, contudo ainda é possível ver crianças que estão na escola passando de ano/série sem condições alguma de aprender e se desenvolver.

É o caso de uma observação feita durante o curso. Eu vi um adolescente no Ensino Médio sem saber ler, e segundo a professora ele tem “*apenas um distúrbio mental*”, isso significa dizer que esse adolescente não está incluído e sim inserido, pois está na escola, mas não desenvolveu as habilidades mínimas necessárias que é ler e escrever alguma coisa, nesse caso presume-se que a escola não atendeu as necessidades específicas deste aluno no Ensino Fundamental.

Sendo assim, esse trabalho se apoiou na seguinte problemática: *Como as reflexões sobre as ações realizadas em um contexto escolar inclusivo, para além da inserção do aluno com necessidades educacionais especiais, poderão contribuir com processos inclusivos que valorizem as diferenças e promovam aprendizagens significativas?*

Nessa perspectiva, o objetivo geral, visou compreender a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais do Ensino Fundamental, para além da inserção, frente aos atuais avanços que vem ocorrendo nesses processos, como a valorização das diferenças e a promoção de aprendizagens mais significativa. Tendo como objetivos específicos: a) Observar no cotidiano escolar as dificuldades e os avanços nos processos inclusivos de alunos com necessidades educacionais especiais; b) Identificar práticas pedagógicas que dificultam ou promovam o processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais; c) Reconhecer estratégias pedagógicas que valorizem as diferenças e, conseqüentemente, contribuam para uma aprendizagem mais significativa do aluno.

Assim, a pesquisa foi realizada com parte da equipe gestora, coordenador pedagógico, professora da sala de AEE e três professores da sala comum de uma Escola Municipal do Ensino Fundamental no município de Sena Madureira/Acre. A metodologia se baseia na abordagem qualitativa de pesquisa e teve como instrumentos de coleta de informações em questionários, gravação de áudio e observação dos alunos no convívio escolar. Como pressuposto teórico tenho: Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB, Lei de Salamanca 1994, MEC/SEESP, 2007, SAVIANI, 1999, Kelman 2010, entre outro, os quais me deram suporte para desenvolver a teoria do trabalho que baseia-se na abordagem Histórico-Cultural dos avanços ocorridos no ensino fundamental nos últimos anos.

O trabalho está organizado em seis capítulos, dispostos da seguinte forma:

2 – Fundamentação teórica: aborda primeiramente a forma como o Ensino Fundamental foi se organizando no Brasil a partir da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB 1996, como foi se dando o direito das pessoas enquanto integração na escola e, também as formas de avaliação usadas pelas políticas públicas para combater o analfabetismo, a evasão escolar e a repetência. Aborda também um esclarecimento a respeito das conquistas obtidas na Educação Inclusiva que é o foco desse estudo, mostrando que a luta pela inclusão vem sendo conquistada aos poucos e que a inclusão na escola pública é uma conquista nova, mas continua, obtendo êxito a cada ano. São mostradas várias conquistas além do aluno especial está em sala de aula comum ainda tem as adaptações curriculares, formação de professores, adaptação no ambiente escolar, entre outras conquistas que vão surgindo a partir das necessidades. **3 – Objetivos:** detalha como vai ser desenvolvido todo o trabalho, como, onde e por quê foi escolhido esse tema para a pesquisa, detalhando ainda nos objetivos específicos o quê será pesquisado. **4 – Metodologia:** apresenta o tipo de pesquisa que foi utilizada para desenvolver o trabalho, o contexto da pesquisa, onde foi realizada, com quem foi realizada, quantos participantes e materiais utilizados nessa pesquisa. **5 – Resultados e Discussão dos Resultados:** que em primeiro momento apresenta uma comparação entre a teoria e o que foi colhido na pesquisa, aqui é feita uma análise detalhada do que foi coletado com a teoria escolhida, segundo momento aborda as categorias as quais foram pesquisadas: 5.2.1 – Das concepções sobre inclusão escolar as vivências destes processos ; 5.2.2 Processos inclusivos: avanços e desafios; planejamentos e adaptações físicas; 5.2.3 A prática pedagógica inclusiva: quando estas contribuem para a valorização das diferenças ou dificultam o processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno?; 5.2.4 Reflexões sobre a importância do Atendimento Educacional Especializado. **6 – Considerações Finais:** ao concluir o trabalho é apresentada uma retrospectiva dos objetivos da pesquisa, explicando como foram os resultados obtidos em toda a pesquisa e sugerindo outras pesquisas serem feitas de algum assunto que foi detectado e que possivelmente merece ser estudado. Esse é o trabalho que vai se apresentado e que estará sujeito a possíveis ajustes.

2 EDUCAÇÃO, PROCESSOS INCLUSIVOS, APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

2.1 Os Processos inclusivos no Ensino Fundamental: políticas, ideias e realidades brasileiras.

O Ensino Fundamental no Brasil passou por várias transformações a partir da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB 9.394/96. Desse modo, foram elaborada Leis e Decretos com o intuito de melhorar o ensino brasileiro.

Atualmente, o Ensino Fundamental é um dos níveis da educação básica obrigatório e gratuito (nas escolas públicas), atendendo criança a partir dos 6 aos 17 anos de idade. Para os jovens com idade/serie distorcida foi criado os programas de Jovens e Adultos como é o caso da Educação de Jovens e Adultos – EJA. Apesar de toda essa obrigatoriedade e gratuidade, sabemos que:

“A escola é a instituição cujo papel na sociedade é de responsabiliza-se pela formação dos cidadãos, estando sujeita à reprodução das desigualdades próprias de uma sociedade de classes, ou contrariamente, posicionando-se como um dos agentes em condições de contribuir para a transformação desta”. (Furghstti; Greco e Cardoso, 2012 p. 3)

Assim sendo, a escola precisa fazer escolhas, e, portanto deve-se primar pela função de incluir e ensinar o cidadão para a sociedade em que vive, seja ele criança ou adulto, deficiente ou não. A escola é responsável pela formação e o desenvolvimento desse cidadão. Assim, isso só será possível quando a escola compreender seu papel. O Projeto político Pedagógico é o documento que dá autonomia a escola e pode constituir esse papel ou função como um agente transformador em vez de reprodutor de desigualdades.

Retomando alguns pontos da história da educação brasileira, para melhor compreender tais realidades atuais, entende-se que este sistema é resultado de uma série de mudanças ao longo dos processos históricos e culturais.

Os primeiros sistemas educacionais que começaram a se preocupar com a qualidade do ensino favoreciam apenas uma pequena parte, a elite brasileira. Mas, a partir das demandas sociais do estado, com a revolução de 1930, foram surgindo movimentos, decretos e leis que provocaram mudanças na organização do ensino.

Desse modo, foi na Constituição de 1946 que a educação foi repensada como um direito de todos. O ensino primário, como era chamado naquela época, é instituído como obrigatório e gratuito nas escolas públicas. A constituição prevê também a criação de diretrizes e bases voltada para a democratização e universalização da educação básica. Portanto, desde 1947 elaboram-se Leis de diretrizes e bases da educação. (SAVIANI, 1999)

Ao trazer este marco de elaboração das leis que regem a educação, reporta-se para a atual Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB 9.394/96. Assim, percebe-se o quanto a obrigatoriedade e gratuidade do ensino se expandiram em relação a tempo de permanência na escola. Pois, atualmente, a educação básica está organizada em Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Esse novo modelo tem o objetivo de assegurar a toda a criança um tempo maior de convívio escolar, ou seja, maiores oportunidades de aprender e, com isso, uma aprendizagem com mais qualidade.

Entretanto, apesar da busca da qualidade no Ensino Fundamental, ainda refletia um grande percentual de analfabetismo no Brasil. Por outro lado, a evasão caiu consideravelmente. Em 1990 foi criado o Sistema Nacional de avaliação da Educação Básica – SEAB que é realizado a cada dois anos para alunos do 5º ao 9º e 3º ano do ensino médio e a Provinha Brasil criada em 2005 direcionada especialmente para o Ensino Fundamental a qual utiliza os mesmos métodos do SEAB apresentando o resultado por escola. (ROCHA, 2012)

Com o atual Ensino fundamental de 9 anos as políticas educacionais tem o objetivo de assegurar a criança na escola por um tempo mais longo no convívio escolar e, conseqüentemente melhorar a qualidade do ensino.

A Lei nº 11.114 de 16/05/2005, altera os artigos 6º, 32 e 87 da LDB, Lei nº 9.394 de 20/12/1996, referentes à obrigatoriedade da entrada das crianças aos seis anos de idade no ensino fundamental, sem citar ainda a questão da ampliação do ensino fundamental para nove anos. Na sequência, a Resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) nº 3, de 03 de agosto de 2005, define normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração, ressaltando a necessidade de vincular a obrigatoriedade da entrada das crianças aos seis anos de idade com a ampliação do ensino fundamental para nove anos. É, no entanto, somente com a Lei 11.274, aprovada em 06/02/2006, que se materializa a alteração dos artigos 32 e 87 da LDB, Lei nº 9.394 de 20/12/1996, instituindo a ampliação do ensino fundamental para nove anos de duração. (Furghetti, Greco; Cardoso e 2012, p. 6).

A partir desse novo ajuste no Ensino Fundamental era esperado que as avaliações alcançassem melhores resultados, diminuindo assim o analfabetismo e a evasão escolar. É certo que ainda há muito a ser feito até alcançar uma educação de qualidade, porém é necessário manter uma política educacional que contribui para diminuir a desigualdade que enfrentamos.

Ainda falando em mudanças no Ensino Fundamental, temos a proposta da educação inclusiva, que, de um modo geral, é compreendida como educar todas as crianças em um mesmo contexto escolar. Pois a educação é um direito de todos e deve ser orientada no sentido do pleno desenvolvimento dos alunos. Assim, o respeito aos direitos e liberdades humanas, primeiro passo para a construção da cidadania, devem ser incentivado.

Sendo assim, a opção por este tipo de educação não significa negar as dificuldades dos estudantes. Mas, por meio da inclusão as diferenças não são vistas como problemas, mas como diversidade. Preservar, respeitar, e tolerar a diversidade apresentada na escola, representa oportunidade para o atendimento das necessidades educacionais com ênfase nas competências, capacidades e potencialidades do educando.

O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional a contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola. (SALAMANCA, 1994).

Essa declaração vem para trazer grandes ressignificações para a educação inclusiva, influenciando mais especificamente as concepções de educação no Brasil.

No Brasil, dentre as várias tentativas de se pensar na socialização de pessoas marginalizadas, como as pessoas com deficiência, criam-se algumas instituições, decretos e leis. Dos pioneiros temos a criação do Instituto para meninos cegos em 1854, hoje Instituto Benjamin Constant – IBC, Instituto dos Surdos mudos em 1857, hoje Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INSE, ambos no Rio de Janeiro.

Já no início do Século XX é fundado o Instituto Pestalozzi em 1926, especializado em deficiente mental, em 1954 funda-se a primeira Associação de Pais e

Amigos dos Excepcionais – APAE e em 1945 cria-se o atendimento educacional especializado para pessoas com superdotação dentro da unidade Pestalozzi.

Ainda em 1961 foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, nº 4.024/61 que dá direito aos “excepcionais” nas unidades regulares de ensino. A Lei de nº 5.692/71 altera a de 1961 ao definir “tratamento especial” para alunos com deficiências físicas e mentais, considerados em atraso na idade escola e os superdotados. Em 1973 o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP que fica responsável em gerenciar a educação especial no Brasil.

Finalmente, em 1988 a Constituição Federal traz em seus objetivos fundamentais “promover o bem a todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e qualquer outra forma de discriminação” (art. 3º, inciso IV). Define no artigo 205, a educação como direito de todos. Posteriormente, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, lei nº 8.069/90, no artigo 55, diz que os pais devem matricular seus filhos pupilo na rede regular de ensino. Ainda em 1990 surge a Declaração Mundial de Educação para todos e a Declaração de Salamanca em 1994. (MEC/SEESP, 2007).

Todas essas conquistas nos mostram que para “ter acesso ao ensino significa poder reafirmar seu lugar de cidadão de direitos dentro de uma sociedade, ter acesso a cultura e trocas com outros colegas e com o universo que a escola traz consigo”. Kibrit (2013, p. 688). A socialização escolar é ao mesmo tempo uma troca de conhecimentos cultural, independente de ser deficiente ou não, cada um tem seu modo de agir, suas particularidades no dia a dia.

Partindo desse conceito é percebido que a educação especial oferecida nas escolas públicas ainda se encontra em grandes processos de mudanças. Um aspecto muito importante na melhoria do Ensino Fundamental é a formação dos professores que ainda é muito falha principalmente nas redes municipais. A formação profissional é uma das principais estratégias para a conquista de uma educação de qualidade, sendo considerada hoje a formação inicial insuficiente para atender as exigências impostas pela sociedade atual.

O processo de formação do professor engloba a interação entre o conhecimento teórico e prático, fazendo com que desenvolva conhecimentos para saber lidar com as diferentes situações que surgem na atuação da prática docente. Para isso é necessário que o docente esteja em constante processo de formação e os cursos de formação continuada precisam fazer um trabalho com mais qualidade.

Na escola é necessário além de está adaptada para receber o aluno com deficiência, o professor e toda a equipe docente também estarem preparados para receber esse aluno, os cursos de formação não deve ser frequentado apenas pelo professor que vai receber o aluno, mas sim é preciso que haja uma formação para toda a equipe escolar, contando com porteiro, merendeira, auxiliar de limpeza, enfim todos que vão de alguma forma lidar com esse aluno, pois hoje não existe apenas um aluno deficiente na escola, mas sim vários e, cada um com uma deficiência diferente

Vale ressaltar que o professor do ensino regular deve estar qualificado para atender as especificidades educacionais dos alunos que estão em sua sala de aula, pois exige-se desse professor práticas específicas para esse trabalho que, muitas vezes, não foram contempladas no seu curso de formação. Porém, o reconhecimento dessa necessidade não torna o professor do ensino regular com menos responsabilidade quando se trata da inclusão, ao contrário, ele deve procurar caminhos de atualização, buscando apoio pedagógico junto ao professor da sala de recurso.

Kelman (2010, p. 68) sugere algumas ideias indispensáveis para os processos inclusivos:

- f.* que todos possam estar sendo parceiros na construção das mudanças que os atingem – professores, funcionários, pais e estudantes devem ser avisados com antecedência de quaisquer decisões ou mudanças do programa educacional, pois isso dá tempo para que as pessoas afetadas reajam e respondam a essas questões;
- f.* que os impasses possam ser discutidos com um parceiro imparcial – professores, funcionários, pais e estudantes devem ter o direito a ter seus casos discutidos por um parceiro que não seja diretamente envolvido com as instâncias decisórias educacionais e que atuem como mediadores de conflitos;
- f.* que seja garantido e exercitado o direito à voz – isso inclui o direito a apresentar evidências e de modo geral, utilizar o máximo de esforço para “apresentar suas razões no convencimento às instâncias decisórias sobre a validade de sua perspectiva em relação ao assunto em questão”. Com o tempo adequado e a informação necessária para as providências no sentido “defesa”;
- f.* que os registros sejam acessíveis a todos – o relato de decisões devem ser feitos por escrito; que seja fruto de consenso entre as partes e que seja garantido a todos os direito de acesso a cópia desse relato (lembrar que grande parte de nossa população não teve oportunidade de acesso a utilização funcional da escrita). (Kelman 2010, p. 68).

Assim sendo, a política de inclusão dos alunos na rede regular de ensino que apresentam necessidades educacionais especiais, não deve consistir somente na permanência física desses alunos. Mas deve-se ter como propósito rever concepções e paradigmas, respeitando e valorizando a diversidade desses alunos, exigindo assim que

a escola defina a responsabilidade de criar espaços inclusivos. Dessa forma, a inclusão significa que não é o aluno que se molda ou se adapta à escola, mas a escola consciente de sua função coloca-se a disposição do aluno.

2.2 Breves considerações sobre deficiência

Em todos os tempos da sociedade sabe-se que sempre existiram pessoas com deficiência. Porém foi a partir do século XX que começou a preocupação em inserir, socialmente, essas pessoas marginalizadas. Estudos, discussões e elaboração de leis foram aos poucos contribuindo com os direitos de pessoas com deficiência que viviam excluídas por não se enquadrarem aos padrões da normalidade.

O documento piloto da Organização Mundial de Saúde (OMS) que traz uma definição de deficiência foi a Classificação Internacional de Deficiências, incapacidades e desvantagens: um manual de classificação das consequências das doenças (CIDID), divulgada em 1976. Desse modo, deficiência:

é toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Incluem-se nestas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais; e representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão. (Amiralian et al, 2000, p. 98).

A partir dessa definição destaca-se que ter deficiência não significa ser impossibilitado de desenvolver toda e qualquer atividade. Como exemplo, uma pessoa com deficiência visual é capaz de desenvolver atividades sociais, como andar sozinho, estudar, trabalhar, casar e ter uma família, quando se beneficia de estratégias que possibilitam essas vivências.

De acordo com (Padilha 2000, p. 205):

[...] não é o defeito que decide o destino das pessoas, mas, sim, as consequências sociais desse defeito. A análise dos problemas, segundo Vigotski não deve ser retrospectiva, apenas levando em consideração o passado, mas deve visualizar o futuro da personalidade: é indispensável compreender a vida em seu “movimento eterno”, descobrir possibilidades, olhar dialeticamente para os fenômenos humanos: “na teoria da estrutura da personalidade e do caráter, a nova compreensão introduz a perspectiva de futuro”.

Portanto, se as consequências sócias tem uma grande influência na vida das pessoas com deficiência, estas devem participar da sociedade desde muito pequena. E um espaço importante para se constituir essa participação ativa é a escola. Desse modo, os sujeitos sociais com necessidades educacionais especiais precisam ter acesso a todas as etapas escolares, como: creche, educação infantil, ensino fundamental ensino médio e o ensino superior.

Para Dessen e Junior (2005, p. 191). “Para que possamos compreender bem as contribuições da psicologia do desenvolvimento a educação, precisamos, em especial, conhecer os seus limites quando se trata do seu emprego no tocante ao fenômeno educacional”. Assim sendo, se tratando da educação é preciso pensar que não existe receita pronta, mas é preciso pensar que existem caminhos que podem ser seguido e que venha contribuir para um aprendizado significativo independente da faixa etária que a criança se encontra. Devemos pensar também que o compromisso da psicologia com a educação está relacionado com a nossa posição sobre o papel da educação e dos educadores na sociedade.

A Declaração de Salamanca (1994) enfatiza que:

Qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados. Pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriadas às necessidades, circunstanciais e aspirações de suas crianças. (p. 3).

Na escola a criança tem um primeiro contato com culturas diferente, olhares diferentes, ideias diferentes. É na escola que vai ser trabalhado a adversidade, para que se torne compreensível e aceitável o modo de ser e de viver de cada ser humano.

No entanto, diante da autonomia da escola é preciso esclarecer que nesse processo de inclusão há pelo menos dois caminhos. Como destacam Golin e Bastos (2004) um primeiro, que reforça a deficiência como condição limitadora, ou seja, atribui os limites da deficiência como causa para o fracasso no processo ensino-aprendizagem. E um segundo caminho que permite as trocas, as interações sociais e culturais, favorecendo novas alternativas no desenvolvimento das capacidades e do processo educacional destes sujeitos. Uma educação verdadeiramente social e culturalmente coletiva.

2.3 Avanços nos processos inclusivos: respeito às diferenças

Em termos de propostas regulamentas que norteiam os processos inclusivos pode-se dizer que os avanços mais significativos se iniciaram a partir do Século XX.

Além dos já citados como: os INSTITUTOS 1954/1957, APAE 1945, LBD 1996, CONESP 1973, CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988, SALAMANCA 1994. Entre outros podemos ainda destacar o Decreto nº 3.298 de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853/89 o qual diz que pessoas com deficiência sejam incluídas na rede regular de ensino. Já em 2001 a Resolução CNE/CEB nº 2/2001 no artigo 2º, determina que: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo as escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”. (MEC/SEESP, 2001). Ainda em 2001 o Plano Nacional de Educação – PNE, visa uma escola inclusiva e estabelece matrículas de alunos especiais nas salas comuns da rede regular de ensino,. Posteriormente em 2002 a Portaria nº 2.678/02 do MEC aprova as diretrizes e normas para o uso, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino.

Em 2003 é implementado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva, visando melhorar a transformação do sistema inclusivo e promover a formação para gestores e educadores nos municípios brasileiros em função de uma garantia a acessibilidade. Acompanhando essa linha, destaca-se o Decreto 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, visando acesso a escola dos alunos surdos e dispondo a inclusão de libras como disciplina curricular. Ademais a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/interprete de libras.

No ano de 2007 é lançado o plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, reafirmado pela Agenda Social. Este tem como eixos a formação de professores para a educação especial e a implementação das salas de recursos multifuncionais dentro das escolas regulares da rede pública. (MEC/SEESP, 2007)

Nesse sentido, há um esforço considerável em todo o país quando se fala de inclusão, a cada ano surgem leis, decretos resoluções, portarias assegurando cada vez mais os direitos das pessoas com deficiência. Dessa forma, são nítidos os avanços ocorridos ao longo dos últimos anos para com os processos inclusivos.

Segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica:

Na organização das classes comuns, faz-se necessário prever:

- a) Professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento as necessidades educacionais especiais dos alunos;
- b) Serviço de apoio pedagógico especializado, realizado na classe comum, mediante atuação de professor da educação especial, de professores interpretes das linguagens e códigos aplicáveis, como a língua de sinais e o sistema Braile, e de outros profissionais, como psicólogos e fonoaudiólogos, por exemplo; itinerância interna e interinstitucional e outros apoios necessários à aprendizagem, a locomoção e a comunicação; em salas de recursos, nas quais o professor de educação especial realiza a complementação e/ou suplementação curricular, utilizando equipamentos e materiais específicos. (BRASIL, 2001, p. 47)

Para tanto, é visível que as adaptações curriculares são os ajustes e modificações que devem ser feitos frente às diferentes exigências curriculares a qual possa responder às necessidades de cada aluno, favorecendo condições que lhe são necessárias para se efetivar o máximo possível à aprendizagem. Devendo assim, considerar as características individuais dos alunos; as áreas prioritárias a serem apoiadas; os tipos de apoio mais eficientes para responder às necessidades do aluno; em quais situações o apoio deve ser disponibilizado e como proceder em relação a isso; que profissionais participarão, bem como quais as funções e responsabilidades que caberão a cada um.

Segundo o MEC (1999), as adaptações curriculares são medidas pedagógicas que devem ser adotadas em diversos âmbitos, tais com: projeto pedagógico da escola, na sala de aula, nas atividades em geral e, somente quando absolutamente necessário devem aplicar-se ao aluno individualmente. (MOREIRA e BAUMEL, 2001, p. 9).

Partindo desse ponto de vista, o planejamento é o norte principal do aprendizado, é uma forma de afinar a prática antes de realizá-la, onde o professor se orienta para ajudar o aluno a se desenvolver em seu aprendizado.

É com o auxílio da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB que encontramos subsídios para os planejamentos educacionais, como o Projeto Político Pedagógico (PPP). Este é o plano maior que rege e deve ser organizado contendo as ações que serão desenvolvida no ano letivo. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais – LDB.

Na Educação Básica, a organização do tempo curricular deve ser construída em função das peculiaridades de seu meio e das características próprias dos seus estudantes, não se restringindo às aulas das várias disciplinas. O percurso formativo deve, nesse sentido,

ser aberto e contextualizado, incluindo não só os componentes curriculares centrais obrigatórios, previstos na legislação e nas normas educacionais, mas, também, conforme cada projeto escolar estabelecer, outros componentes flexíveis e variáveis que possibilitem percursos formativos que atendam aos inúmeros interesses, necessidades e características dos educandos. (BRASIL, 2013, p 27).

Assim sendo, ao planejarmos para uma aula, é preciso ter uma atenção maior para o quem vai ensinar como vai ensinar esse conteúdo, quais recursos devem ser utilizados nessa aula e que forma de avaliação irá utilizar. Esses são requisitos básicos de como desenvolver um plano de aula. Também é preciso deixar claro nesse plano de aula no mínimo o tema e o objetivo a ser alcançado e esse objetivo deve alcançar a todos os alunos, cabendo assim uma revisão de metodologia caso não seja bem sucedido no desenvolvimento desse plano de aula.

No entanto antes da elaboração dos planos de aula diários é necessário, no início do ano, a elaboração de um plano de curso. Tudo isso deve ser adaptado ao novo modo de vida da comunidade escolar, baseando-se em sua cultura e no acesso as novas tecnologias disponíveis a essa comunidade.

3 OBJETIVOS

Objetivo Geral

O objetivo geral visou compreender a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais do Ensino Fundamental, para além da inserção, frente aos atuais avanços que vem ocorrendo nesses processos, como a valorização das diferenças e a promoção de aprendizagens mais significativa.

Hoje, todas as escolas têm estudantes especiais. Mas será que está sendo oferecido um atendimento adequado que promove o desenvolvimento do aluno? Para responder essa questão é preciso compreender a inclusão como necessária para a sociedade em geral. Foi isso que me motivou a investigar junto a uma Escola de Ensino Fundamental municipal no município de Sena Madureira onde moro. Atualmente dispomos de leis, as quais nos dizem como prosseguir para com a inclusão. Inserir não é suficiente, é importante todos participarem ativamente da vida escolar desses estudantes, só assim ele podem se tornar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres para com a sociedade em que vive.

Objetivos Específicos

- a) **Observar no cotidiano escolar as dificuldades e os avanços nos processos inclusivos de alunos com necessidades educacionais especiais**, pois no ambiente escolar é possível perceber que houve avanço sim no processo de inclusão. No entanto ainda há impasse nesse processo, como a falta de formação do professor. Por essa e outras razões o aluno ainda permanece mais inserido do que incluído. O professor ainda não está sabendo lidar com a situação.
- b) **Identificar práticas pedagógicas que dificultam ou promovam o processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais**. Aqui se pretende investigar se está havendo um entendimento adequado as necessidades educacionais dos alunos. É visível que já existe um planejamento voltado para inclusão do aluno com deficiência. Porém em muitos casos o professor da sala comum tem pouco conhecimento do Plano de AEE feito para cada aluno e que é desenvolvido pelo professor da sala de AEE.

- c) **Reconhecer estratégias pedagógicas que valorizem as diferenças e, conseqüentemente, contribuam para uma aprendizagem mais significativa do aluno.** É sabido que professor deve desenvolver atividades que envolva todas as crianças na sala de aula. No caso de uma atividade em grupo, as atividades do mesmo conteúdo devem ser apresentadas de formas variadas como: leitura, escrita, montagem de quebra cabeça, desenhos, etc. Dessa maneira, as estratégias de aprendizagem são sempre flexíveis e podem ser apresentada de maneiras diferenciadas em um mesmo conteúdo trabalhado.

4 METODOLOGIA

4.1 Pressupostos Metodológicos

Ao investigar sobre os atuais avanços que vem ocorrendo no processo de inclusão, como a valorização das diferenças e a promoção de aprendizagens mais significativa, tornou-se importante mencionar algumas diferentes situações ocorridas na história das pessoas com deficiência, como a marginalização. A partir deste breve histórico percebeu-se que nos últimos tempos a inclusão vem sendo debatida de forma mais intensa baseada na perspectiva de uma educação para todos.

Seguindo esse viés de reflexão, a metodologia da presente pesquisa foi norteadada pela investigação qualitativa onde “a definição dos instrumentos deve, integrar sempre formas orais e escritas, pois uma atua como elemento descentralizador e a outra dá ao sujeito uma reflexão crítica sobre sua própria experiência”. (Kelman 2010, p. 84).

4.2 Contextos da pesquisa

O estudo foi realizado em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental no município de Sena Madureira/Acre, fundada em abril de 1987. A escola sempre funcionou com as séries iniciais e finais do Ensino Fundamental, hoje tem 12 professores e 46 outros funcionários. Atende uma clientela de aproximadamente 270 alunos, sendo 13 alunos com necessidades educacionais especiais diagnosticados com DI, Baixa Visão, Deficiências Múltiplas, Epilepsia, Deficiência Física e Baixa Visão.

4.3 Participantes

Os participantes da pesquisa foram: A pesquisadora, dois professores de sala de aula, um coordenador pedagógico e um professor da sala de recursos. A idade dos entrevistados varia entre 28 anos e 53 anos, sendo a maioria com mais de 30 anos e com vasta experiência na educação/Secretaria Municipal de Educação (SEME).

Para melhor descrever os entrevistados, seguem abaixo algumas informações colhidas durante a entrevista. Estes foram agrupadas da seguinte forma:

[A] Professor de Sala de Recursos

[B] Professor

[C] Coordenador Pedagógico

[D] Pesquisador

[A] *“Sou professora da sala de recursos pedagoga, tenho 38 anos de idade, 10 anos de sala de aula sendo que 3 desses na sala de recursos atendendo alunos com necessidades educacionais especiais, a maioria, com deficiência intelectual, mas temos também alunos com baixa visão, deficiência física e autista”.*

[B1] *“Professora de sala de aula, tenho 39 anos de idade, 2 filhos, formada em geografia este ano estou com uma turma de primeiro ano, mas já trabalhei com diversas série, até na alfabetização”.*

[B2] *“Sou professora, tenho 32 anos de idade, 1 filho com 10 anos, 8 anos de secretaria e já estou atuando como professora nessa escola por 5 anos, sempre com turmas do ensino fundamental 1, este ano estou com uma turma de quarto ano”.*

[C] *“Sou professor pedagogo, tenho 53 anos de idade, 29 anos já fui secretário da escola, estou há quatro anos nessa escola como coordenador pedagógico, como já falta pouco para me aposentar acho que está é minha ultima função como servidor público.*

[D1] Sou professora tenho 45 anos de idade, atuei por 15 anos como professora em sala de aula comum em escolas pública, participei como mediadora do programa PEDEAD – Pedagogia a Distancia, convenio da SEE com UnB, atualmente estou na coordenação do Núcleo de Tecnologia Educacional – NTE de Sena Madureira.

4.4 Materiais

Para a construção, organização e análise das informações foram utilizados os seguintes recursos materiais: Papel, caneta, notebook e celular/gravador.

4.5 Instrumentos

Os instrumentos utilizados foram: celular para gravação do áudio, caneta, papel chamex A4, computador, internet e recursos humanos.

4.5.1 Pesquisa Documental

A pesquisa documental foi realizada a partir da análise do Projeto Político Pedagógico. Essa pesquisa foi importante para reconhecer estratégias pedagógicas que valorizem as diferenças e, conseqüentemente, contribuam para uma aprendizagem mais significativa do aluno.

4.5.2 Entrevista semiestruturada

A partir do interesse em identificar práticas pedagógicas que dificultam ou promovam o processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais buscou-se realizar entrevistas semiestruturadas com professores, coordenadora pedagógica e professor da sala de recursos.

4.5.3 Observação não estruturada

As Observações ocorreram nos espaços escolares, como sala de aula inclusiva, sala de recursos e espaço de coordenação pedagógica, visando observar as dificuldades e os avanços nos processos inclusivos de alunos com necessidades educacionais especiais.

4. 6 - Procedimentos de construção de dados

Por ser uma escola próxima a minha casa eu resolvi fazer uma visita e conversar com a gestora para ver a possibilidade de realizar a pesquisa na escola. A diretora me recebeu, ouviu sobre o meu tema e objetivos. Ao concluir a apresentação da minha proposta de pesquisa falou que não havia problema algum em realizar a pesquisa e que estaria à disposição para me ajudar no que fosse necessário. Neste momento de diálogo sobre a pesquisa foi apresentado a gestão: o Aceite institucional (Anexo A.); Carta de Apresentação (Anexo B) Termos de Consentimento Livre e Esclarecido para a equipe escolar – TCLE (Anexo C); e o roteiro de Entrevista semiestruturada (Apêndice A). Em

seguida me levou até a sala de AEE e me apresentou para a professora que por sua vez me relatou os casos especiais que a escola tinha. Por fim, foram agendadas as entrevistas, observações e análise de documento.

4.6.1 Análise Documental

A pesquisa foi iniciada com a realização da análise dos documentos da escola num período de 2h: 00min. Esse tempo de análise dos documentos foi sucinto devido a pouca quantidade de documentos e registro da escola que foram considerados relevantes para a pesquisa. A partir dessa análise, posteriormente, fez-se um paralelo entre as propostas e o cotidiano escolar. O Projeto Político Pedagógico já defasado, praticamente, não trazia nada em relação à inclusão escolar e o respeito às diferenças. Após a análise documental, a partir do estudo do PPP, buscou-se destacar as estratégias pedagógicas previstas que valorizassem as diferenças e assim contribuíssem com aprendizagens mais significativas. Veja no quadro abaixo:

Quadro nº 1 - Análise documental

N. DA SESSÃO	DATA	OBJETIVO	PRODUTO
1	21/09/2015 Horário: 08h00min às 10h00min	Reconhecer estratégias pedagógicas que valorizem as diferenças e, consequentemente, contribuam para uma aprendizagem mais significativa do aluno.	<p>Ao analisar o PPP da escola foi percebido que é bastante antigo, pois foi elaborado em 2005, desde lá, não foi feito nenhum ajuste. Porém a escola ainda se baseia nesse documento para desenvolver o ano letivo. Mesmo sendo antigo o PPP assume lidar com as diferenças da melhor forma possível, acolhendo os diversos casos que forem propostos ao desafio de ensinar.</p> <p>A escola se propõe melhorar o ensino e a aprendizagem, sanando as dificuldades de evasão e reprovação, com um trabalho voltado para a vivência dos educandos que ali estão matriculados.</p> <p>A escola ainda se propõe a criar um ambiente escolar aberto aos novos conhecimentos, favoráveis a formação e aprendizagem significativa que contemple as metodologias que envolvam ações educativas</p>

4. 6.2 Entrevistas semiestruturada

As entrevistas semiestruturadas estavam previstas para serem realizadas com três professores de sala de aula, mas uma desistiu. Portanto, o estudo foi construído a partir de quatro entrevistas semiestruturadas com dois professores de sala de aula, um coordenador pedagógico e um professor da sala de recursos. Inicialmente, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Anexo C) e todos assinaram. As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas na íntegra.

4.6.3 Observação não estruturada

No quadro abaixo apresento o resultado da observação não estruturada onde, para apresentar as crianças usei nomes fictícios para preservar a identidade, são eles: Geane 1º ano, Bernardo 4º ano e Luiz 5º ano. Antes das observações, três responsáveis assinaram o termo de autorização para que os filhos pudessem ser observados em todos os ambientes da escola, inclusive dentro da sala de aula.

Os tópicos que foram utilizados para a observação foram:

1. A escola é adequada para receber os alunos?
2. As metodologias utilizadas na sala alcançam todos os alunos?
3. A coordenação pedagógica interage com a sala de AEE?

Quadro nº 2 - Observação não estruturada

N. DA SESS ÃO	DATA	OBJETIVO	PRODUTO
1ª Sala de aula: 1º ano	22,23/09/2015 Horário: 08h00min às 09h00min	Observar no cotidiano escolar as dificuldades e os avanços nos	A professora da sala de aula autorizou que eu observasse as crianças dizendo a elas que eu era uma ajudante naquele dia. Ao entrar na sala me deparei, com uma sala pequena e os alunos enfileirados, cadeiras normais de adulto. A aluna com deficiência, a qual tem baixa visão e um lado direito menor que o esquerdo devido uma lesão na coluna, sentava em uma cadeira normal como as outras crianças. Essa aluna levantou duas vezes durante os 30 minutos que passei na sala. Segundo a professora ela sente muita dor nas costas

		processos inclusivos de alunos com necessidades educacionais especiais.	e não pode ficar sentada por muito tempo. Quanto à forma de tratamento vi que a professora faz tarefas iguais para todos, mas ela sempre conclui com um pouco de atraso devido ter que se levantar. A colega do lado certo momento a ajudou a ler uma palavra que ela não conseguiu ler. Pude perceber também que por ela ter baixa visão as letras de sua atividade são maiores que a dos colegas.
2ª sala de aula: 5º ano			Entramos na sala e a professora me apresentou como estudante pesquisadora e que eu iria observar a aula dela naquele dia. Cadeira enfileiradas, um garoto debruçado sobre a cadeira, era prova de português. A professora distribuiu a prova e o aluno nem levantou a cabeça, ela colocou a prova assim mesmo em cima da cadeira, passou meia hora e ele continuou lá, sem nenhuma reação. Ele não tem laudo é hipoteticamente autista. A impressão que me deu que ele está na escola por está, a professora não demonstrou nenhum ato de integração. Em nenhum momento, durante o tempo que estive lá, ela se aproximou dele e nem ele a chamou. Ela disse que ele gosta de pintar, mas não lê e nem escreve, está ali por está. <i>“A senhora viu, ele é assim o tempo inteiro, às vezes fica com gracinha com as meninas”</i> .
3ª sala de aula: 5ª ano			Entramos na sala e a professora me apresentou como professora/estudante e que eu estaria fazendo um estudo sobre comportamento de criança. Cadeiras em círculo, a professora disse que vai ser prova de português, um garoto logo disse: <i>“essa não sei fazer”</i> . Um rapaz chamou o garoto e, numa cadeira separada dos demais colegas, sentou ao lado dele. O tempo foi passando e percebi que era o cuidador. Esse garoto tem um laudo de DI e sua prova era igual a dos outros colegas. O cuidador começou a ler as questões da prova, mas o aluno andou pela sala, não deu muita atenção para o que o rapaz disse e ficou perguntando uma coisa e outra aos colegas. Saiu da sala, passeou pelo corredor e o cuidador foi buscá-lo. Ele perguntou que estava fazendo ali, se era outra professora que mandaram para ele. A professora disse não ter muita experiência com criança especial.
2ª Atividade - recreio	23/09/2015 Horário: 09h30min às 10h00min	Observar no cotidiano escolar as dificuldades e os avanços nos processos inclusivos de	Durante o recreio não existia atividade recreativa, as crianças saem de suas salas e vão direto para o refeitório. Ali elas merendam e depois vão brincar em grupos, pular elástico, pular corda, brincar de amarelinha. Geane foi ao refeitório pegou a merenda e foi para sala de recursos, só voltou quando o sino tocou. Bernardo brincou separado com o irmão mais novo, eles conversavam e brincavam de

		alunos com necessidades educacionais especiais	paga, pega. Luiz ficou de grupo em grupo interrompendo a brincadeira dos colegas. Todos mandavam ir embora. Ele terminou o recreio na sala de recursos.
3 ^a	24/09/2015	Observar no cotidiano escolar as dificuldades e os avanços nos processos inclusivos de alunos com necessidades educacionais especiais	Na sala de recursos os alunos chegavam e brincavam no que gostavam: jogos, computador, desenho. A professora da sala pareceu não ter uma atividade elaborada, no entanto, percebi que ela interagiu com eles. Eles pareceram se sentir bem quando estavam na sala de AEE. O Luiz que tanto perturbou no recreio e não deu atenção para a prova, montou um quebra cabeça: a cara de um leão. A Geane que não brincou com ninguém no recreio pegou um livro de historinha e ficou lendo. O Bernardo não apareceu na sala de AEE, fui dois dias e ele não apareceu.
Espaço físico – sala de recursos os	Horário: 13h30min às 15h00min		

4. 7 - Procedimentos de análise:

A organização das informações coletadas foi obtida a partir das entrevistas semiestruturadas, observações feitas no cotidiano da escola e depois na sala de aula e análise do PPP. O trabalho de campo teve a como entrevistados 4 professores de uma escola municipal na cidade de Sena Madureira Estado do Acre, os mesmos se dispuseram de bom gosto em responder as entrevista, também as mães dos três alunos escolhidos não se negaram em assinar os termos de autorização quando expliquei do que se tratava a pesquisa.

A investigação qualitativa buscou compreender a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais do Ensino Fundamental, para além da inserção, frente aos atuais avanços que vem ocorrendo nesses processos, como a valorização das diferenças e a promoção de aprendizagens mais significativa. Para tanto, além da análise do PPP e observações, foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Estes “ instrumentos representam o momento de um processo muito mais abarcador, dentro do qual se adquirem significações às diferentes expressões do sujeito estudado”. (MACIEL e RAPOSO, 2010, p. 83). Portanto, a partir das entrevistas foram elaboradas categorias consideradas relevantes para o processo de discussão dos resultados.

No que se refere às categorias, elas foram desenvolvidas a partir das entrevistas e dos objetivos que se pretende alcançar. Estas foram organizadas da seguinte forma: Das concepções sobre inclusão escolar as vivências destes processos; Processos inclusivos: avanços e desafios; planejamentos e adaptações físicas; A prática pedagógica inclusiva: quando estas contribuem para a valorização das diferenças ou dificultam o processo de

aprendizagem e desenvolvimento do aluno?; Reflexões sobre a importância do Atendimento Educacional Especializado.

Todas essas questões partiram da necessidade de refletir sobre os atuais avanços da escola em relação à inclusão e a valorização das diferenças, que hoje é um assunto discutido em muitas reuniões e conselhos educacionais. Portanto, fazem-se necessários estudos mais aprofundados sobre o tema em questão.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO TEÓRICA DOS RESULTADOS

Os resultados foram descritos por meio do referencial teórico, metodológico e das informações colhidas das entrevistas semiestruturadas, observação e análise do PPP. Assim, primeiramente, foi realizada uma análise das entrevistas e em seguida foi feita uma junção conforme os assuntos em questão e, desta forma, criaram-se as categorias disposta neste capítulo: 5.2.1 – Das concepções sobre inclusão escolar as vivências destes processos; 5.2.2 Processos inclusivos: avanços e desafios; planejamentos e adaptações físicas; 5.2.3 A prática pedagógica inclusiva: quando estas contribuem para a valorização das diferenças ou dificultam o processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno? 5.2.4 Reflexões sobre a importância do Atendimento Educacional Especializado. Em um segundo momento foi discutido a análise do PPP e posteriormente as informações relevantes da observação. Assim, esse capítulo tratará essencialmente da discussão dos resultados, apoiando-se, principalmente, no referencial teórico e metodológico narrado no início do trabalho.

5.1 Entrevistas

Os participantes da pesquisa serão mencionados nesse capítulo da pesquisa de acordo com a disposição feita no item “Participante da Metodologia”. Estes foram organizados da seguinte forma:

[A] Professor de Sala de Recursos

[B] Professor: [B1] e [B2]

[C] Coordenador Pedagógico

5.1.1 Das concepções sobre inclusão escolar às vivências destes processos

Atualmente é possível perceber que a inclusão é um assunto que está sendo discutida na TV, nas manchetes de jornais, em seminários de educação e, dentre outros espaços da sociedade, nas escolas públicas. Essa realidade já é bastante comum, basta entrarmos em uma escola e logo percebemos que existem crianças pobres, negras, índios ou com alguma deficiência, como exemplo, cego, surdo, deficiente físico.

Em relação às questões referentes a esse assunto, abordado nas entrevistas, a maioria dos professores compreende que inclusão é entender e acolher o outro. Como

podemos ver nas falas a seguir, [A] *“incluir sem fazer exceção”*, [C] *“evitar preconceito e discriminação”*, e [B2] *“acolher independente de cor, classe social ou condições físicas e psicológicas, trabalhar em benefício do aluno”*.

Diante de tais ideias acredita-se que para as pessoas que se enquadram nos padrões da normalidade social a questão da inclusão não faz tanta diferença, mas muitos necessitam dessa inclusão, especificamente, na escola. Pois, os alunos precisam de atenção mais rigorosa por parte do professor e da escola como um todo, não basta está matriculado, mas sim fazer parte do processo educacional.

Uma escola inclusiva visa educar para todos, educar é aceitar, acreditar, respeitar toda e qualquer criança que esteja matriculada na escola, favorecendo oportunidades para aqueles que necessitam de um esforço maior para aprender a ser independente. Não é aceitável que uma escola hoje veja o aluno especial como empecilho, que veja esse só para preencher vaga, pois acha que ele não consegue aprender.

A inclusão implica em mudança de paradigmas, conceitos e costumes, que fogem as regras tradicionais, no entanto ainda existem pensamentos que concretizam a deficiência física ou intelectual como desculpa para o aprendizado de uma criança.

Isso implica dizer que a inclusão não depende só da escola, mas da família do aluno com deficiência. Esta deve ter interesse e acreditar que o filho vai aprender, incentivando-o e levando a escola no horário da aula e também no contra turno. Um trabalho em conjunto que poderá promover aprendizagem e desenvolvimento do aluno. Para Venturini e Santiago (2013, p. 586). *“O processo de inclusão envolvendo família-escola e suas respectivas culturas é de grande relevância na proposição e no desenvolvimento das escolas em uma perspectiva inclusiva”*.

5.1.2 – Processos inclusivos: avanços e desafios; planejamentos e adaptações físicas

Dentre os professores entrevistado, a maior parte destaca como avanço as salas de Atendimento Educacional Especializada, também, chamada de salas de recursos. Como podemos ver na fala de [B1] *“As salas de recursos, em que as crianças participam em outro período, com alguns jogos e atividades diferenciadas”*.

As políticas educacionais nos últimos anos têm evoluído bastante, contudo a maioria dos professores não tem se apropriado muito de tais avanços. A Constituição Nacional de 1988, a LDB 1996, Estatuto da Criança e do Adolescente 1990, Lei de Salamanca 1994, entre outras leis, decretos e portarias sinalizam processos históricos de

avanços em relação à inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais. Portanto, o desafio é fazer cumprir as leis no dia a dia da escola e em particular na sala de aula, onde os professores tem o compromisso de fazer o aluno aprender a ler escrever e participar da sociedade que ainda é muito preconceituosa e excludente. Assim, acredita-se que é dessa forma, que se enfrenta o maior desafio atual que é o combate à reprovação e a evasão escolar, principalmente, dos alunos com deficiência.

Como [C] aponta: *“tudo só é bonito no papel”*, ou seja, não mudou muito na sala de aula. Segundo ele as leis existem, porém não tem um acompanhamento especializado, professores estão despreparados até mesmo para acompanhar o professor da sala inclusiva. Isso dificulta o processo de inclusão, pois enquanto isso as crianças vão sendo apenas inserida nesse processo.

No que se refere a planejamento houve uma divergência nas respostas. Destacaram que é feito quinzenal, mas uns dizem que é compartilhado com o professor de AEE e outros dizem que nem sempre é compartilhado.

Sabe-se que o planejamento da escola deve ser constituindo envolvendo professor, coordenador pedagógico e professor da sala de AEE, visto que, quando não se trabalha em busca do aprendizado do aluno não é possível integração dentro da escola e sim inclusão. Ademais, planejar não se restringe ao programa de conteúdo a ser ministrado em cada disciplina. Ele vai muito além. Está inserido dentro do plano global da escola, que inclui o papel social, as metas e seus objetivos. A escola, por sua vez, faz parte do sistema educacional e é ligada às secretarias de Educação nos diversos níveis, que também determinam expectativas de aprendizagem para as diferentes áreas de conhecimento.

O ato de planejar a escola e o ensino requer dos educadores a reflexão e mobilização em torno da definição de valores, princípios, significados e concepção de educação e das práticas inerentes ao espaço escolar. Em dimensão mais ampla o planejamento escolar requer integralização e articulação das ações educativas norteadas pelo projeto político-pedagógico. Enquanto que, o planejamento de ensino constitui-se em espaço e momento coletivo para reflexão e análise da práxis pedagógica e dos instrumentos teórico-metodológicos, que permitam a todos os envolvidos reafirmar suas posições e avaliar suas práticas, resignificando-as. Nesta perspectiva, o planejamento escolar deve ser concebido, assumido e vivenciado cotidianamente, também como um ato político, no sentido de resgate dos princípios que balizam a prática pedagógica em processo de ação-reflexão-ação. Por isso o planejamento escolar requer a reflexão e ação coletivas. (SILVA, s.d).

Assim sendo, o planejamento deve ser elaborado de acordo com o contexto social e os fatores externos do ambiente. Dessa forma, se faz necessário conhecer a realidade concreta da instituição perpassando todo o conjunto das atividades que aí se realizam, para que posteriormente sejam diagnosticados os problemas e apontadas às soluções. A forma de torná-las realidade não pode estar estranha aos conteúdos transformadores desses mesmos objetivos e nem às condições reais presentes em cada situação.

Tudo isso pareceu distante de ser concreto na escola pesquisada, visto que os professores se contradizem nas respostas quando se refere a planejamento e por fim culpa o governo pela falta de organização.

Quanto à acessibilidade, todos concordam que a escola não é adequada para as crianças deficientes que recebem. Estes relatam que a escola possui rampa para as salas de aula e a quadra, mas os banheiros não são adequados, a quadra também não possui nenhuma barra de apoio, na cantina a janela com bancada onde serve a merenda é alta, por exemplo, se for um cadeirante não consegue alcançar a merenda.

A escola deverá preparar-se para acolher os alunos com necessidades educacionais especiais - deficiência física. Para isso deve por meio de uma ação conjunta promover a acessibilidade, removendo as barreiras arquitetônicas, promovendo a adaptação de mobiliário e produzindo materiais didático-pedagógicos adaptados para esses alunos, de acordo com suas necessidades educacionais (MEC, 2006).

Partindo desse ponto de vista, como as adaptações não se restringem apenas as rampas de acesso, realmente a escola não é adaptada.

5.1.3 - A prática pedagógica inclusiva: quando estas contribuem para a valorização das diferenças ou dificultam o processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno?

Aqui a maioria dos professores entrevistados disse que as práticas pedagógicas que contribuem para o ensino são aquelas que valorizam os alunos independente das diferenças de cada um. Como podemos ilustrar com a fala de [B1]:

“Aqueles práticas que incentivam tanto o professor quanto ao aluno a estarem desenvolvendo atividades que aprendam em conjunto, práticas que realmente deem retorno ao estudante”.

E as que dificultam?[D1]

“Aqueles práticas pedagógicas que levam a escola sempre ao mesmo caminho, deixando de lado as necessidades dos alunos, dos professores e até mesmo da própria escola”.

Assim, pode-se dizer que hoje é levada em consideração que para o aluno aprender é essencial uma boa interação professores/alunos, escola/alunos. Estas são fundamentais no atendimento às diversidades, não somente dos alunos especiais como de todos os alunos da escola.

Para os alunos com necessidades educacionais especiais a adaptação Curricular foi apontada por quase todos os professores como uma das ferramentas mais importantes para um trabalho pedagógico, o qual facilitará o trabalho do professor com máximo de aproveitamento dos alunos. Assim como, a flexibilização dos conteúdos planejados para toda a turma vai alcançar o aluno com necessidades educacionais especiais.

Ainda, o material adequado, como recursos didáticos adicionais, foi visto por alguns professores como demonstrações práticas no uso do planejamento de conteúdos, evitando que o aluno com deficiência esteja isolado na sala, trabalhando com um material muito diferenciado e acentuando suas diferenças de forma negativa.

É preciso “favorecer a criação de espaços comunicativos/relacionais visando contribuir para gerar novas produções de sentido sobre aprendizagem e diferença” (MITJÁNS MARTINEZ, apud KELMAN, 2010, p. 67). Ao incluir essas práticas em seus planejamentos o professor irá facilitar o trabalho do professor na sala de aula, para isso deve ter envolvimento de todos, o professor sozinho não conseguirá atingir muitas metas.

Chamou-me atenção quando perguntado a [A] sobre as práticas que dificultam o processo de aprendizagem e ele responde: *“Não existe, pois se o professor da sala comum planeja e articula com o professor de AEE, certamente encontrará estratégias para que o aluno com deficiência consiga exercer sua autonomia e potencialidades”.*

Apesar de essa resposta ser bem otimista, sabe-se que existe sim, mesmo tendo todo um planejamento na hora de executar é possível não ter êxito. Portanto, é preciso que a equipe escolar crie sempre momentos de escuta e reflexões sobre as práticas educacionais inclusivas. Estas podem estar promovendo oficinas com os professores que têm alunos com deficientes, reuniões com palestras de especialistas em educação especial. Pois, é preciso que a escola/equipe gestora, junto com a sala de AEE sejam parceiras em benefício do aluno.

5.1.1.4 - Reflexões sobre a importância do Atendimento Educacional Especializado

A maioria dos professores acha importante o aluno ser atendido na sala de AEE. Como exemplificado na fala de [A]:

“É de grande importância, pois através das observações feita pelo professor de AEE que detectamos e identificamos se a criança é ou não deficiente. Isso nos casos das crianças sem laudo médico. Daí, podemos articular com o os professores da sala comum e traçar metas e alcançar resultados desejados, descobrindo potencialidades e habilidade dos alunos”.

O Atendimento Educacional Especializado é visto hoje como de fundamental importância para os alunos com deficiência. Este atendimento é desenvolvido em cada escola de forma diferenciada com o objetivo de atender as necessidades específicas da comunidade. Repensar a prática pedagógica é, de um modo geral, adaptar o método de trabalho a forma de aprender dos alunos, inclusive dos alunos com deficiência. Para isso é necessário definir o perfil destes alunos para poder organizar os recursos necessários para o atendimento, incluindo materiais adaptados, recursos financeiros e recursos humanos para o bom desenvolvimento do trabalho.

Diante disso, a escola precisa perceber que o Atendimento Educacional Especializado é uma ferramenta imprescindível para o êxito do processo de inclusão.

Os professores acreditam sim que possa haver uma inclusão mais digna, se houver mais envolvimento das políticas públicas, investindo não só na escola que é o ponto principal da inclusão, mas em toda a sociedade. Pois segundo eles se andarmos um percurso não muito longe em uma rua qualquer, veremos que não pode ser trafegado por uma cadeirante sozinho. Pois, nas condições que se encontra, em muitos casos, o cadeirante vai sempre depender de outra pessoa para se locomover nas ruas da cidade.

No momento da entrevista [A] fala algo que chama atenção. Esta revela que tem alguns alunos sem laudo médico. Porém esses alunos já foram comunicado aos pais, que precisam ser levado ao médico para que seja encaminhado a um especialista. O problema é que em toda rede municipal tem apenas dois médicos para atender a demanda de todas as escolas municipais, um clínico geral e um psicólogo. As mães que são carentes muitas vezes demoram a conseguir esse atendimento e com isso complica o aprendizado do filho na escola. Ainda há o problema dos pais que em alguns casos não aceitam que o filho precisa de atendimento especializado.

Diante desse ideal, percebe-se o quanto a escola atual tem o desafio de (re)significar e (re)pensar a diversidade que se encontra em seu cenário (VIII Encontro da ABPEDE, 2013).

5.2 Observação

Em minhas observações a escola não é adequada para receber as crianças especiais que ali se encontra. As adaptações que podem ser vista são rampas que dão acesso as salas de aula e a quadra de esporte. Essas rampas que dão acesso a quadra de esporte é uma calçada alta e não tem barra de proteção dos lados. Dessa forma, fica perigoso uma criança, como exemplo, com baixa visão sofrer um acidente nesse percurso. A porta que dá acesso a secretaria tem um degrau grande dificultando o acesso de alunos.

Nas salas de aula todas as cadeiras são iguais, enquanto que tem alunos que precisam de adaptações. Uma aluna do primeiro ano, com problema sério de coluna e baixa visão, utiliza uma carteira sem adaptações necessárias, deixando-a assim desconfortável e tendo que levantar várias vezes durante a aula. Ela usa óculos, mas não tem lupa. Suas atividades são aumentadas, porém quando a professora escreve algo na lousa fica difícil da aluna acompanhar.

Apesar das dificuldades de estrutura física, a impressão que tive que nessa sala há inclusão. Em nenhum momento percebi diferença entre a aluna mencionada acima e os colegas. Ao contrário a colega do lado certo momento ajudou-a a ler uma palavra que ela não conseguiu ler. Nesta sala do 1º ano, em relação às demais salas observadas, acredita-se que as práticas pedagógicas da professora estão contribuindo para o aprendizado da aluna. Um ponto a destacar é que aluna aprendeu a ler.

A gestão da escola relata que o dinheiro repassado pela PDDE não é suficiente para todas as adaptações e que estão fazendo essas adaptações aos poucos de acordo com o recurso, por essa razão não há todas as adaptações necessárias e que ainda, as adaptações são feitas de acordo com as necessidades, por exemplo: *“se tem um surdo na escola vamos fazer as adaptações para esse aluno que agora a necessidade é dele”*.

As metodologias, estratégias e recursos didáticos, percebidas no momento da observação, parecem ser iguais para todos. Com exceção da aluna com baixa visão que a atividade dela é aumentada. Nas demais salas observadas que é de um garoto que possivelmente é autista (não tem laudo) e outro com deficiência intelectual, as atividades são iguais a dos colegas e as intervenções feitas pelos professores são gerais. Sabe-se que

adaptações vão surgir de acordo com a especificidade de cada aluno, mas verificou-se no momento da observação que o aluno com deficiência, na maioria das vezes, foi deixado de lado, ficou no canto dele e, quando questionado com a professora ela respondeu: *“ele é assim mesmo, tem dia que não faz nada”*.

Não é bem assim que se faz inclusão, o conteúdo é igual sim, contudo as estratégias de intervenção devem ser diferenciadas. Se o professor utiliza-se de várias estratégias com o mesmo conteúdo pode fazer com que o aluno aprenda em vez de deixá-lo de lado.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – DNEEEB (2001) é bem clara quando diz que:

Classes Comuns: serviço que se efetiva por meio do trabalho de equipe, abrangendo professores de classe comum e da educação especial, para o atendimento as necessidades educacionais especiais dos alunos durante o processo de ensino e aprendizagem. Pode contar com a colaboração de outros profissionais, como psicólogos escolares, por exemplo. (p. 50).

A pesar das abordagens na sala de aula não ser como deveria ser, a professora só pode contar com a ajuda da professora da sala de AEE, pois não existe na escola qualquer outro tipo de colaborador como psicólogo, apenas a coordenação pedagógica e a professora de AEE.

No entanto percebi certa distancia entre a coordenação pedagógica, sala de AEE e professor, ou seja, não interagem, não se informa do que está acontecendo. A impressão que tive foi que a sala de AEE é uma gestão a parte dentro da escola, onde cada um cumpre com sua obrigação.

Em conversa com a professora de AEE, ela revela que são poucos os professores que a procuram e pedem ajuda. Ela cita a participação da professora da menina com baixa visão. Segundo a professora do AEE, no dia dos planejamentos é muita correria e não dá tempo para planejar as atividades diferenciadas, sem contar que tem professor que não aparece para planejar, pois trabalha em outra escola.

Em observações vi uma professora dizendo: *“que vou fazer com o Joãozinho?”* – nome ilustrativo – A coordenadora responde: *“o Joãozinho você tem que procurar a professora lá da sala de AEE e planejar com ela”*.

Nesse caso não era para a professora de AEE estar presente naquele planejamento? Vejo que ainda não há uma conexão em prol do aluno, a própria escola não está trabalhando junta para que o aluno aprenda. É preciso perceber o quão é

importante o papel do coordenador pedagógico e do gestor escolar, assim como, o papel do professor em sala com os alunos.

Enfim, foi percebido por meio das observações, que a escola pesquisada tem uma concepção de inclusão em processo. Porém, ainda falta muito para que a inclusão ocorra dentro dessa escola, principalmente no que se refere a recursos humanos. Tem funcionário na escola que acha que um aluno especial atrapalha, isso é inaceitável nos dias de atuais. Como aceitar isso? Na sala de aula, na maioria das vezes, o aluno é bem recebido, aceito pelo professor e colegas e quando chega na hora do lanche é tido como estorvo.

A gestão dessa escola precisa conscientizar não só o professor para o fato da inclusão, mas também os demais funcionários: zelador, porteiro e merendeira. Estes são tão importantes no processo de inclusão quanto os professores.

5.3 Análises do Projeto Político Pedagógico

O Projeto Político Pedagógico é o documento que estabelece medidas e objetivos para serem desenvolvidos na escola, é uma forma de organização do trabalho escolar. Ao analisar o Projeto Político Pedagógico – PPP da Escola verificou-se que apesar de ser antigo, elaborado em 2005, ainda trouxe considerações importante para a pesquisa. Um de seus objetivos é “reduzir a reprovação, a evasão e a repetência escola”.

O PPP é a identidade da escola, por isso a necessidade de toda escola elaborar seu projeto, pois sabemos que cada escola tem características únicas, como comunidade diferente, bairros diferente, entre outras características existentes na escola. De acordo com as diretrizes.

O currículo do Ensino Fundamental com 9 (nove) anos de duração exige a estruturação de um projeto educativo coerente, articulado e integrado, de acordo com os modos de ser e de se desenvolver das crianças e dos adolescentes nos diferentes contextos sociais. O projeto educativo pode ser entendido como uma das formas de expressão dos propósitos educacionais que pode ser compartilhada por diferentes escolas e redes. (BRASIL, 2013, p. 117).

Assim sendo, é claro que o PPP precisa ser flexível, no entanto sua filosofia de trabalho baseia-se na transparência, dialogo e respeito a diversidade, tendo a comunidade como parceira colaboradora.

Pode-se notar também no PPP da escola que existe uma preocupação com o ensino e a aprendizagem com ênfase na participação de forma cooperativa, priorizando a formação de conceitos e tendo o conteúdo como meio e não como um fim.

O papel do professor nessa escola é de valorizar a construção do cidadão orientando e instrumentalizando o próprio aprendiz, fazendo com que o estudante crie métodos próprios para organizar sua aprendizagem.

Quanto a concepção de avaliação parte da ideia que não há pessoas incapaz, mas com formas diferentes de aprender e nesse contexto o professor torna-se mediador do conhecimento, criando condições de aprendizagem para todos. Assim, a avaliação torna-se uma atividade de acompanhamento para o desenvolvimento do aluno, pois é feita em forma de observações, análise e registros.

Destaca-se aqui que apesar de ser previsto no PPP atividades de socialização não foi presenciado no momento de observação. No momento do recreio não houve uma preocupação da equipe escolar em socializar os alunos com deficiência com os demais colegas. Estes brincavam separados, ou nem brincavam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como propósito compreender a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais do Ensino Fundamental, para além da inserção, frente aos atuais avanços que vem ocorrendo nesses processos, como a valorização das diferenças e a promoção de aprendizagens mais significativa. Assim, visando tal objetivo e tendo também como foco a problemática do estudo, pode-se traçar importantes considerações.

Em relação às dificuldades e os avanços nos processos inclusivos de alunos com necessidades educacionais especiais pode-se dizer que a escola ainda tem muito a trabalhar quando se trata de inclusão. Pois, são poucas as ações inclusivas detectadas dentro da escola. Alguns professores tentam fazer o processo de inclusão, mas sozinhos fica difícil. Já avançou em alguns aspectos é claro, principalmente em questões estruturais, como rampas, quadra de esporte coberta, o Atendimento Educacional Especializado – AEE. Destaca-se aqui também o aumento no número de alunos com deficiência incluídos. Em quase todas as sala de aula tinha um aluno com alguma deficiência. Fazer valer os direitos de um aluno com necessidades educacionais especiais nunca foi fácil, sempre foi e ainda é um grande desafio. As barreiras da inclusão não é somente na escola, a escola tem a grande responsabilidade de mostrar para os alunos seus direitos dentro da sociedade.

Ao buscar identificar práticas pedagógicas que dificultam ou promovam o processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, de um modo geral, é possível perceber que houve avanço sim nas práticas pedagógicas, no entanto ainda há impasse na formação do professor. Por essa razão o aluno ainda permanece mais inserido do que incluído, pois o professor ainda não está sabendo lidar com a situação. As práticas pedagógicas devem ser voltadas não só para o aluno aprender a ler e escreve, mas para tornar-se um cidadão atuante e transformador do meio.

Quando se propõem reconhecer estratégias pedagógicas que valorizem as diferenças e, conseqüentemente, contribuam para uma aprendizagem mais significativa do aluno, verifica-se a possibilidade de mudança ao pensar numa parceria entre o professor da AEE, professor de sala de aula e família. Assim, a partir dessa parceria, deve-se elaborar o plano de AEE, para ressignificar uma pratica pedagógica em beneficio de um aprendizado mais eficaz para cada aluno, visando as suas

particularidades. Contrariando o que se percebeu na escola em lócus, pois a escola não trabalha em conjunto. Isso é decorrente, principalmente, de um PPP desatualizado em que muitos professores nem sabem que existe.

REFERÊNCIAS

AMIRALIAN, M. L. T. et al. Conceituando Deficiência. In: **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, vol. 34 n. 1, 2000. p. 97 – 103.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**/Secretaria de educação especial. MEC; SEESP, 2001.

_____. Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais DEFICIÊNCIA FÍSICA** Brasília – DF 2006. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deffisica.pdf> 21/10/2015

_____. **Documento Orientador programa Escola Acessível 2013** http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13290-doc-orient2013&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192 acessado em 04/11/2015

_____. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC/SEESP, 2007 http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf 17/09/2015

Declaração de Salamanca: Sobre os Princípios, Políticas e Práticas na Área das necessidades Educacionais Espaciais <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> 17/09/2015.

DESSEN, Maria Auxiliadora; JUNIOR, Anderson Luiz Costa. **A Ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras**. Porto Alegre – Artemed 2005.

FURGHESTTI, Mara Luciane da Silva. GRECO, Maria Terêsa Cabral. CARDOSO, Rosinete Costa Fernandes. Ensino Fundamental de nove anos: os impactos das políticas públicas para a alfabetização com letramento. IX ANPED SUL – **Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul** 2012. <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2470/354> 28/09/2015

KELMAN, Celeste Azulay; [et al.]; coordenação de Diva Albuquerque e Silvine Barbatto. **Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar** – Brasília: Editora UnB, 2010. Cap. 2, p. 55-72

KIBRIT, Bruna. **Possibilidades e desafios na inclusão escolar**. Revista Letinoamericana de psicopedagogia Fundamental, São Paulo, vol., 16 n. p. 683-695 dezembro 2013. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=233029839013>
Acesso em: 18/02/2015

MOREIRA, Laura Ceretta; BAUMEL, Roseli C. Rocha de C. Currículo em educação especial: tendências e debates. Educar, Curitiba, n. 17, p. 125-137. 2001. Editora da UFPR 1.

PADILHA, Anna Maria Lunardi. Práticas educativas: Perspectivas que se abrem para a Educação Especial. Educação & Sociedade, ano XXI, nº 71, Julho/00.
<http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v21n71/a09v2171.pdf> 02/09/2015

PEREIRA, Andressa Silva; DAMASCENO, Allan Rocha; ANDRADE, Patrícia Ferreira de. **O atendimento educacional especializado (aee) e o processo de inclusão de estudantes com necessidades especiais: fronteiras das experiências de um município brasileiro**. VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL Londrina de 05 a 07 novembro de 2013.

PEREIRA, Juliana Zanini. SCOTT, Julianio Beck. BARBOSA, Tamires M. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONCEPÇÕES ACERCA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E PERSPECTIVAS DE AÇÃO**. VIDYA, v. 33, n. 2, p. 111-119, jul./dez., 2013 - Santa Maria, 2013
<http://sites.unifra.br/Portals/35/Artigos/2013/n2/10.pdf> 10/10/2015

PIFFER, Maria Fernanda. SILVA, Tomasi Baldez. MONTEIRO, Rita de Fátima. BORGES, Ada Maria Farias Sousa. RIBEIRO, Erlane Marques. Deficiências no Brasil: conceito, história e aconselhamento genético. Fed. Nac. das Apaes- Fenapaes Brasília/DF v.3 nº3 P.20-39 ago/dez .2013
<http://apaeciencia.org.br/index.php/revista/article/view/50/25> 10/10/2015

ROCHA, Idnelma Lima da. O Ensino Fundamental no Brasil – uma análise da efetivação do direito à educação obrigatória. Universidade de Alagoas – Brasil, 2012.

SAVIANI, Dermeval. A nova Lei da educação: trajetória, limites e perspectivas. 5. ed. Campinas, SP: Autores associados, 1999.

VENTURINI,Angela Maria. SANTIAGO, Mylene Cistina. Seminário Internacional \inclusão em Educação: Universidade e participação 3. **Dimensões de inclusão em educação: o desafio de garantir o Direito à aprendizagem e à participação.** Rio de Janeiro, maio 2013. <http://www.lapeade.educacao.ufrj.br/anais/files/WSMC2871.pdf> acesso em 13/10/2014.

SILVA, Marta Leandro da. Bases conceituais, políticas e filosóficas do Planejamento Escolar
http://coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/uft/file.php/1/coord_ped/sala_3/mod03_1unid_1.html 22/10/2015.

ANEXOS

ANEXO A - Aceite institucional



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDs
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Aceite Institucional

O (A) Sr./Sra. _____ (*nome completo do responsável pela instituição*), da _____ (*nome da instituição*) está de acordo com a realização da pesquisa _____ de responsabilidade do(a) pesquisador(a) _____, aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de Brasília, realizado sob orientação da Prof. Doutor/Mestre. _____

O estudo envolve a realização de _____ (*entrevistas, observações e filmagens etc*) do atendimento _____ (*local na instituição a ser pesquisado*) com _____ (*participantes da pesquisa*). A pesquisa terá a duração de _____ (*tempo de duração em dias*), com previsão de início em _____ e término em _____.

Eu, _____ (*nome completo do responsável pela instituição*), _____ (*cargo do(a) responsável do(a) nome completo da instituição onde os dados serão coletados*), declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

_____ (local), ____/____/____ (data).

 Nome do (a) responsável pela instituição

 Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição

Campus Universitário Darcy Ribeiro - Instituto de Psicologia – Brasília -DF
 ICC - SUL
 Telefones: +55 (61) 3107-6911

ANEXO B Termo de apresentação



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB

Polo: _____

Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a) _____

Instituição: _____

Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S^a o(a) cursista pós-graduando(a) _____ que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

 Coordenador(a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Prof^a Dr^a Diva Albuquerque Maciel**

Campus Universitário Darcy Ribeiro - Instituto de Psicologia – Brasília -DF

ICC - SUL

Telefones: +55 (61) 3107-6911

ANEXO C Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor (a) Professor(a),

Sou orientando (a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre _____. Assim, gostaria de consultá-lo (a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de _____ (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como _____ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Professor

Nome do Professor: _____

E-mail(opcional): _____

APÊNDICES



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

APÊNDICE – A - Roteiro de entrevista semiestruturada

Roteiro para pesquisa com professoras de sala inclusivas / coordenadores

Identificação:

Nome:

Nome (fictício):

Sexo:

Localização de moradia:

Tem filhos (as)? Idade?

Religião?

Escolaridade (formação):

1. O que é inclusão escolar para você?
2. Fale sobre suas experiências nos processo de inclusão escolar?
3. Relate avanços percebidos por você em relação a inclusão escolar
4. E as dificuldades?
5. O que é para você valorizar as diferenças no contexto escolar?
6. Quais práticas pedagógicas contribuem para valorização dessas diferenças?
7. Quais são as práticas pedagógicas que você acha que dificulta o processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais?
8. Como é realizado o planejamento das atividades escolares, visando uma escola inclusiva?
9. Em sua opinião, qual a importância da sala de recurso?
10. A escola está adaptada para os alunos que aqui frequentam?

Roteiro para pesquisa com a Professora da sala de AEE

Identificação:

Nome: (fictício)

Sexo:

Idade:

Localização de moradia:

Tem filhos (as)? Idade?

Religião?

Escolaridade (formação):

1. O que é inclusão escolar para você?
2. Fale sobre suas experiências nos processo de inclusão escolar?
3. Relate avanços percebidos por você em relação a inclusão escolar.
4. E as dificuldades?
5. O que é para você valorizar as diferenças no contexto escolar?
6. Quais práticas pedagógicas contribuem para valorização dessas diferenças?
7. Quais são as práticas pedagógicas que você acha que dificulta o processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais
8. Como é realizado o planejamento das atividades escolares, visando uma escola inclusiva?
9. Em sua opinião, qual a importância da sala de recurso?
10. A escola está adaptada para os alunos que aqui frequentam?